



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
35ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

**Registro: 2020.0001038854**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1005131-47.2015.8.26.0281, da Comarca de Itatiba, em que são apelantes CLOVIS ANTONIO SEMEDE (JUSTIÇA GRATUITA), VITOR STEVANIN SEMEDE (JUSTIÇA GRATUITA), DEBORA APARECIDA SEMEDE GALDINO (JUSTIÇA GRATUITA), BRUNA SEMEDE MEIRA (MENOR(ES) REPRESENTADO(S)) e DANIELE SEMEDE MEIRA (MENOR(ES) REPRESENTADO(S)), são apelados CICERO DA SILVA, ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S.A. e JOFEGE PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA.

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 35ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: Negaram provimento ao recurso. V. U., de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores MELO BUENO (Presidente) E ARTUR MARQUES.

São Paulo, 18 de dezembro de 2020.

**GILSON DELGADO MIRANDA**  
**Relator**  
**Assinatura Eletrônica**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
35ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

**2ª Vara Cível da Comarca de Itatiba**

**Apelação n. 1005131-47.2015.8.26.0281**

**Apelantes: Clovis Antonio Semede e outros**

**Apelados: Cicero da Silva e outras**

**Voto n. 20.964**

**RESPONSABILIDADE CIVIL. Acidente de trânsito. Colisão frontal entre caminhão e motocicleta. Dinâmica do acidente não esclarecida. Culpa não demonstrada. Ônus da prova do art. 373, I, do CPC descumprido. Sentença mantida. Recurso não provido.**

Vistos.

Cuida-se de recurso de apelação interposto contra a sentença de fls. 1.126/1.130, cujo relatório adoto, proferida pelo juiz da 2ª Vara Cível da Comarca de Itatiba, Orlando Haddad Neto, que julgou improcedentes os pedidos indenizatórios formulados na inicial.

Segundo os recorrentes, autores, a sentença deve ser reformada, em síntese, para **"julgar totalmente procedente o pedido, com fulcro em todos os motivos amplamente provados e justificados"**. Argumentam, basicamente, estar bem demonstrado **"o nexu causal, pois incontroverso o acidente e as partes envolvidas, a própria situação dessas partes, bem como os danos materiais e morais decorrentes dos fatos aqui narrados"**.

Recurso tempestivo, isento de preparo (gratuidade da justiça – fls. 74/75) e respondido (fls. 1.163/1.174, 1.180/1.188 e 1.192/1.206).

Parecer da douta Procuradoria Geral de Justiça pelo não provimento do recurso (fls. 1.218/1.221).

Distribuído o processo na forma da Resolução n. 772/2017 do OETJSP, não houve oposição ao julgamento virtual.

**Esse é o relatório.**

O recurso não merece provimento. O juízo de primeiro grau, sem dúvidas, deu solução adequada ao caso.

Assim constou da r. sentença: "os autores atribuem ao réu CÍCERO a responsabilidade civil pelos danos suportados em virtude do falecimento de seus genitores, em colisão ocorrida na Rodovia SP-332, no sentido Franco da Rocha para Jundiaí. Da análise das provas coligidas nestes autos, em especial, a prova oral produzida em regular instrução e sob o crivo do contraditório, força reconhecer que não foi demonstrada a culpa de CÍCERO pela ocorrência do fatídico acidente em que os genitores dos autores foram vitimados. Com efeito, sem testemunhas presenciais do acidente, tem-se nos autos a versão do réu, que ao depor em Juízo, afirmou que conduzia o veículo para a empresa, quando a moto entrou debaixo do caminhão. Afirmou, também, que em nenhum momento perdeu o controle do caminhão ou desviou sua trajetória antes do impacto. Por fim, explicou, que o motociclista estava ultrapassando a carreta pela curva, carreta grande, que 'abria' no momento da curva (fls. 839/841). Por outro lado, também foi ouvido (fls. 834/838) o perito subscritor do laudo de fls. 255/304. Foi ressaltada a impossibilidade da versão apresentada pelo condutor do caminhão, pois, se houvesse outra carreta, a energia cinética dessa carreta faria que carreta e a motocicleta parassem em local diverso e distante daquele em que foram localizados (fls. 836). Ponto relevante é que a testemunha afirmou que o caminhão freou após entrar na curva, após o motorista perceber que o veículo estava em alta velocidade, não necessariamente por um comportamento de instabilidade. Mas tal assertiva não exclui a possibilidade de o condutor ter freado o veículo após se deparar com a moto, o que pode mesmo ter acontecido, já que a testemunha arrolada pela ré, o Cabo PM Anderson Luiz Oliveira (fls. 896/898), afirmou que tinha uma frenagem grande na mão correta do caminhão, sentido Jundiaí/SP e que acredita que algo fez o caminhão frear. Em remate, pelo conjunto probatório formado nos autos, não há meios para se aferir a veracidade da versão apresentada pelos autores. Assim, sem a demonstração de que o réu contrariou de qualquer forma as normas de trânsito vigentes, os autores não se desincumbiram do ônus de demonstrar os fatos constitutivos do seu direito e a consequência é a inevitável improcedência do pleito

**indenizatório” [grifei] (fls. 1.129).**

Pois bem.

Como bem apontou o juízo de primeiro grau, do conjunto probatório dos autos não se extrai a certeza mínima necessária para fundamentar a condenação pretendida.

Realmente, por mais que se compadeça da triste situação vivenciada pelos apelantes, fatos é que não há elementos suficientes para concluir pela culpa do coapelado Cícero na ocorrência do indigitado acidente de trânsito.

Ainda que ele estivesse conduzindo o caminhão em velocidade superior à máxima permitida no local – o que não consigo verificar com segurança, pois o caminhão estava a **80km/h** quando do acidente (ver laudo do instituto de criminalística a fls. 64/66) e o boletim de ocorrência lavrado pelos policiais que compareceram no local ora menciona que a velocidade máxima permitida também era de **80km/h** (cf. fls. 34), ora menciona que havia uma placa cerca de **1km** antes do local do acidente indicando velocidade máxima de **60km/h** (cf. fls. 37) –, isso não bastaria para reconhecer que esse alegado excesso seria causa eficiente do acidente, especialmente considerando a impossibilidade de se identificar o sítio da colisão para estabelecer quem – o caminhão ou a motocicleta – teria invadido a contramão de direção, circunstância essa fundamental para determinar a culpa pelo acidente.

Aliás, vale lembrar que, pela teoria da causalidade adequada adotada pelo nosso ordenamento jurídico, **“nem todas as condições que concorrem para o resultado são equivalentes (como no caso da responsabilidade penal), mas somente aquela que foi a mais adequada a produzir concretamente o resultado. Além de se indagar se uma determinada condição concorreu concretamente para o evento, é ainda preciso apurar se, em abstrato, ela era adequada a produzir aquele efeito. Entre duas ou mais circunstâncias que concretamente concorreram para a produção do resultado, causa adequada será aquela que teve interferência decisiva”** [grifos originais] (Sergio Cavalieri Filho, “Programa de responsabilidade civil”, 9ª edição, São Paulo, Atlas, 2010, p. 50).



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
35ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Nessa toada, como bem apontou a douta Procuradoria Geral de Justiça em seu parecer, **"as informações constantes no inquérito policial, os depoimentos testemunhais e demais documentos anexados aos autos não foram suficientes para comprovar se, de fato, o caminhão dirigido por Cícero adentrou a pista em que trafegava as vítimas e em que condições isso ocorreu. Sendo assim, não há provas suficientes que indiquem a culpa do apelado CÍCERO. É, realmente, lamentável que as vítimas do acidente tenham falecido, mas não há, nos autos, qualquer prova robusta em sentido contrário"** (fls. 1.220).

Destarte, a conclusão não poderia ser outra: a parte apelante não se desincumbiu do ônus probatório que lhe é imposto pelo artigo 373, inciso I, do Código de Processo Civil.

Posto isso, **nego provimento** ao recurso. Sem prejuízo, na forma do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro** os honorários advocatícios sucumbenciais arbitrados em favor da parte apelada para **12%** sobre o valor atualizado da causa, observada a gratuidade.

**GILSON MIRANDA**  
Relator  
Assinatura Eletrônica